

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

TIPO 2



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

1

O auditor do grupo foi contratado para auditar as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Alfa em 31/12/X1. O componente Z, localizado no exterior, representa 45% do ativo e 52% do EBITDA consolidados. Esse componente é auditado por auditor local que não integra a rede do auditor do grupo.

No planejamento da auditoria, o auditor do grupo identificou que

- I. há restrição legal no país do componente quanto ao envio da documentação de auditoria para o exterior;
- II. o auditor do componente não consegue confirmar o cumprimento dos requisitos éticos relevantes, incluindo independência, aplicáveis ao trabalho para fins da auditoria do grupo;
- III. a administração do grupo exige a manutenção desse auditor local;
- IV. a regulamentação aplicável exige referência ao auditor do componente no relatório do auditor do grupo.

Considerando que o auditor do grupo permanece responsável por obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações consolidadas, à luz da NBC TA 600 (R2) – CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS – AUDITORIAS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE GRUPOS, INCLUINDO O TRABALHO DOS AUDITORES DOS COMPONENTES, assinale a opção que indica a providência correta.

- (A) Utilizar o relatório do auditor do componente como evidência de auditoria suficiente para o componente Z e, em razão da exigência regulatória de referência, mencioná-lo no relatório do auditor do grupo, com compartilhamento da responsabilidade pela opinião sobre as demonstrações consolidadas.
- (B) Concluir, desde o planejamento, que a restrição legal quanto ao envio da documentação de auditoria para o exterior impede a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o componente Z e, por esse motivo, emitir abstenção de opinião, sem necessidade de avaliar medidas ou procedimentos alternativos.
- (C) Manter o auditor local do componente Z, ainda que ele não confirme o cumprimento dos requisitos éticos relevantes, incluindo independência, e mitigar esse risco por meio de maior envolvimento do auditor do grupo, com direção, supervisão e revisão adicional dos trabalhos realizados no componente.
- (D) Solicitar ao auditor local do componente Z apenas informações resumidas e representações formais sobre os trabalhos executados e, diante da limitação de acesso à documentação, emitir ressalva no relatório do grupo; caso haja referência ao auditor do componente por exigência regulatória, essa referência substitui a explicitação da responsabilidade do auditor do grupo pela opinião.
- (E) Obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o componente Z por meios compatíveis com a NBC TA 600 (R2), sem envolver como auditor do componente profissional que não confirme o cumprimento dos requisitos éticos relevantes, inclusive independência; adotar medidas alternativas para lidar com a restrição legal de acesso à documentação; e, se houver referência ao auditor do componente no relatório do grupo, declarar que isso não reduz a responsabilidade do auditor do grupo pela opinião.

2

O auditor deve, em seu relatório sobre as demonstrações contábeis, comunicar os principais assuntos de auditoria, cujo objetivo é tornar o relatório de auditoria mais informativo, trazendo maior transparência sobre a auditoria realizada.

A comunicação dos principais assuntos de auditoria fornece informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis, auxiliando-os a entender os assuntos que, de acordo com o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis correntes. A NBC TA 701 – COMUNICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE aborda o julgamento do profissional sobre o que comunicar em seu relatório e, também, a forma e o conteúdo de tal comunicação.

Com base nessa Norma Brasileira de Contabilidade, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O auditor não deve comunicar um assunto na seção “Principais assuntos de auditoria” do relatório quando ele deveria emitir opinião modificada em decorrência desse assunto.
- II. O assunto que deu origem à opinião modificada ou a uma incerteza relevante relativa a fatos ou a condições capazes de levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade, são, por natureza, principais assuntos de auditoria, devendo estar descritos na seção “Principais assuntos de auditoria” do relatório do auditor.
- III. Na determinação dos principais assuntos de auditoria, o auditor deve verificar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria, levando em consideração, dentre outros, o efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos nos últimos 3 exercícios.
- IV. Se o auditor determinar que não existem assuntos a serem reportados como “Principais assuntos de auditoria” ele deve incluir uma declaração nesse sentido em seção separada do seu relatório, sob o título “Outros assuntos”.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

3

Durante a auditoria da Companhia S.A., o auditor identificou déficit de capital circulante relevante e vencimentos concentrados em 2026, bem como planos da administração ainda não formalizados para renegociação de dívidas e monetização de créditos tributários.

A administração manteve o uso do pressuposto de continuidade operacional e divulgou nota explicativa descrevendo a incerteza e seus planos. O auditor concluiu que existe incerteza relevante, porém que o uso do pressuposto de continuidade é adequado e as divulgações são suficientes.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBA TA 570 - CONTINUIDADE OPERACIONAL, o auditor deve

- (A) emitir opinião com ressalva, em razão da existência de incerteza relevante.
- (B) emitir opinião adversa, pois a continuidade depende de eventos futuros incertos.
- (C) incluir seção específica de Incerteza Relevante Relacionada à Continuidade Operacional, sem modificar a opinião.
- (D) incluir parágrafo de ênfase, pois a incerteza relevante não afeta a opinião.
- (E) abster-se de opinar, devido à dependência de eventos fora do controle da administração.

4

Na auditoria das demonstrações contábeis da companhia aberta Sigma, relativas ao exercício encerrado em 31/12/X1, o auditor identificou, no processo de fechamento contábil, as seguintes situações:

- i) lançamentos manuais relevantes podem ser registrados no razão sem aprovação independente;
- ii) o diretor financeiro possui acesso que permite incluir e efetivar lançamentos sem segregação adequada de funções; e
- iii) não há revisão formal dos lançamentos realizados no encerramento do período.

Os testes substantivos identificaram lançamentos materiais de encerramento com indícios de sobreposição de controles pela administração. Com base no julgamento profissional do auditor, o conjunto dessas falhas configura deficiência significativa de controle interno.

A administração solicitou que o assunto fosse tratado apenas verbalmente e comunicado somente após a emissão do relatório do auditor.

À luz da NBC TA 265 - COMUNICAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO, assinale a opção correta quanto à forma, aos destinatários e ao conteúdo da comunicação a ser realizada pelo auditor.

- (A) Comunicar verbalmente à administração e formalizar apenas após o relatório; comunicar à governança é dispensável na ausência de distorção relevante.
- (B) Comunicar por escrito à administração e à governança apenas se houver distorção relevante não corrigida; caso contrário, basta orientação informal.
- (C) Comunicar por escrito somente à governança, evitando comunicação à administração por envolver julgamento sobre conduta gerencial.
- (D) Comunicar por escrito à administração e à governança com a descrição da deficiência, sem necessidade de contextualizar o objetivo e as limitações da auditoria.
- (E) Comunicar tempestivamente, por escrito, a deficiência significativa aos responsáveis pela governança e comunicá-la tempestivamente à administração, no nível apropriado, salvo se essa comunicação direta for inadequada nas circunstâncias; a comunicação escrita deve incluir a descrição da deficiência, seus possíveis efeitos e a explicação de que a auditoria não teve por objetivo opinar sobre a eficácia dos controles internos.

5

A NBC PO 900 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO estabelece princípios e requisitos éticos aplicáveis às firmas de auditoria quando realizam trabalhos de asseguarção distintos de auditoria e revisão. Entre esses princípios está a necessidade de preservar a independência profissional.

Uma firma de auditoria foi contratada por uma companhia aberta regulada pela Comissão de Valores Mobiliários para realizar trabalho de asseguarção sobre indicadores ambientais divulgados em relatório de sustentabilidade. Durante a execução do trabalho, a administração da entidade solicita que a equipe da firma auxilie na definição de políticas operacionais relacionadas à coleta de dados ambientais e autorize determinados procedimentos internos para consolidação dessas informações. O sócio responsável avalia a situação à luz das disposições da NBC PO 900 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO.

Nesse contexto, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A firma não deve assumir responsabilidades da administração relacionadas ao objeto do trabalho de asseguarção ou às informações sobre esse objeto apresentadas no relatório.
- II. Responsabilidades da administração incluem atividades como definir políticas estratégicas, autorizar transações e assumir responsabilidade pelo funcionamento dos controles internos da entidade.
- III. Caso a firma assuma responsabilidades da administração relacionadas ao objeto do trabalho de asseguarção, não são criadas ameaças à independência, desde que o serviço seja formalizado em contrato com a entidade.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

6

A Companhia Aberta Ômega deliberou, em 02/01/X2, a substituição do auditor independente, com rescisão do contrato. A administração alega divergências técnicas e pretende:

- i) aguardar a contratação do novo auditor para comunicar a CVM; e
- ii) divulgar o fato ao mercado sem colher anuência do auditor substituído, por entender que, havendo divergência, a anuência é dispensável.

O auditor substituído informou, em 10/01/X2, à administração que discorda da justificativa e que pretende apresentar suas razões à CVM, se necessário. Até 22/01/X2, a companhia não havia efetuado qualquer comunicação formal à CVM sobre a substituição.

À luz da Resolução CVM nº 23/2021, que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, assinale a opção que descreve corretamente as obrigações e a linha do tempo aplicáveis.

- (A) A administração deve comunicar a substituição à CVM em 20 dias contados da ocorrência, com justificativa e anuência do auditor substituído; se a administração não comunicar no prazo, o auditor substituído deve comunicar em 10 dias após o término do prazo da administração; e, se discordar da justificativa, o auditor deve encaminhar suas razões à CVM em 30 dias contados da substituição.
- (B) A administração deve comunicar a substituição à CVM em 30 dias, podendo fazê-lo sem anuência se houver divergência; na omissão, o auditor comunica em 20 dias contados da substituição, e eventual discordância deve ser apresentada em 10 dias.
- (C) A administração deve comunicar em 20 dias, mas a anuência do auditor é apenas recomendável; na omissão, o auditor comunica em 10 dias contados da substituição, e a discordância deve ser enviada em 20 dias.
- (D) A administração deve comunicar em 10 dias contados da substituição; se não o fizer, o auditor comunica em 30 dias contados do término do contrato, sendo desnecessário tratar formalmente discordância.
- (E) A comunicação é obrigação exclusiva do auditor substituído, que deve fazê-la em 20 dias; a administração apenas informa quando houver rescisão por justa causa.

7

O objetivo da revisão pelos pares é o de avaliar os procedimentos adotados pelo contador que atua como auditor independente e pela Firma de Auditoria, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos de auditoria e asseguração desenvolvidos.

Associe os termos apresentados a seguir com seus respectivos conceitos ou significados, conforme a NBC PA 11 – REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES.

- 1. Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade.
- 2. Programa de Revisão.
- 3. Plano de ação.
- 4. Grupo Assessor.
- 5. Revisão Recíproca.

- () Situação em que o revisor teve sua última revisão realizada pelo atual revisado, não importando o intervalo de tempo entre as revisões.
- () É composto por contadores funcionários do Conselho Federal de Contabilidade, responsável pelo levantamento de informações oriundas dos revisores e revisados.
- () Responsável pela administração do Programa de Revisão.
- () Compreende a definição da abrangência, a seleção dos auditores a serem revisados, as etapas e os prazos a serem cumpridos pelos auditores revisores na realização do trabalho de revisão.
- () É elaborado pelo revisado, a ser apresentado ao CRE, dispondo das medidas que ele adotará ou implementará com o objetivo de corrigir as fragilidades apresentadas na carta de recomendações emitida pelo Revisor ao término do trabalho de revisão.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 5 – 4 – 1 – 2 – 3.
- (B) 2 – 1 – 4 – 5 – 3.
- (C) 2 – 4 – 1 – 3 – 5.
- (D) 3 – 1 – 4 – 3 – 5.
- (E) 5 – 1 – 4 – 3 – 2.

8

Uma sociedade limitada (Ltda.) que atua em incorporação imobiliária não é registrada na CVM, mas decidiu, por opção formal da administração e com divulgação em nota explicativa, utilizar o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 como base para aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) na venda de unidades não concluídas. A nota explicativa reproduz a redação padrão destinada a entidades registradas na CVM, incluindo literalmente essa expressão.

O auditor conclui que as demonstrações contábeis estão adequadamente apresentadas, sem distorção relevante, e que as divulgações são suficientes.

À luz do CTA 27 - RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ENTIDADE DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Como a entidade não é registrada na CVM, é vedado mencionar o Ofício-Circular nº 02/2018 na base de elaboração e no relatório do auditor.
- II. Ao optar por adotar o Ofício-Circular nº 02/2018, mesmo sem registro na CVM, a entidade deve cumprir integralmente as interpretações, orientações e normas contábeis emitidas pela CVM para fins de elaboração das demonstrações contábeis.
- III. O auditor deve assegurar que o relatório esteja consistente com as representações da administração, incluindo a informação de que as demonstrações foram elaboradas conforme normas contábeis aprovadas por CPC/CFC e, quando aplicável, conforme a orientação do Ofício-Circular nº 02/2018.
- IV. O CTA 27 determina que, mesmo para entidade não registrada, deve-se emitir o relatório exatamente igual ao modelo do Apêndice, sem qualquer adaptação, pois o objetivo é manter consistência.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

9

Um contador de uma empresa do setor de varejo, ao ser indagado e solicitado pelo auditor que apresentasse os contratos de bônus de venda cooperada, devido ao grande volume com que tais transações reduziam a conta de fornecedores e de estoques, criou contratos fictícios. Tais contratos eram elaborados pelo setor de contratos e gerenciados pelo setor comercial. O contador copiou assinaturas de contratos verdadeiros para contratos fictícios e enviou a terceiros para confirmarem os contratos. Tendo em vista a boa-fé do terceiro, o contador pressionou e enviou diversos contratos. Assim, o terceiro confirmou os valores sem verificar sua exatidão. Em seguida, apresentou ao auditor os contratos falsos e as confirmações deles pelo terceiro.

De acordo com a NBC PG 01 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, a situação narrada indica a seguinte vedação, ao contador, no desempenho de suas funções:

- (A) revelar informações confidenciais do cliente sem autorização.
- (B) fornecer falsas informações a partir de peças inidôneas.
- (C) apropriar-se indevidamente de qualquer tipo de crédito confiados a sua guarda.
- (D) assinar documentos elaborados por outrem alheio à sua orientação.
- (E) receber do empregador qualquer vantagem para aplicação ilícita.

10

A Cia X teve seu exercício social finalizado em 31/12/2025. Em março de 2026, houve uma Assembleia Geral Ordinária.

Entre os pontos tratados nessa assembleia, de acordo com a Lei nº 6.404/76, está a

- (A) aprovação do orçamento para o exercício seguinte.
- (B) determinação das políticas contábeis a serem utilizadas no exercício seguinte.
- (C) revisão das taxas de juros cobradas pelos empréstimos e financiamentos obtidos.
- (D) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.
- (E) escolha entre a manutenção da atual auditoria independente ou a troca, a partir do próximo exercício.

11

Durante a auditoria das demonstrações contábeis da empresa aberta XYZ S.A., o auditor independente identificou os seguintes aspectos relevantes:

- Alterações no método de precificação de derivativos, que envolveram julgamentos contábeis complexos por parte da administração.
- Restrição de acesso a documentos relacionados a contratos com partes relacionadas, que levou o auditor a emitir opinião com ressalva.
- Discussões intensas com os responsáveis pela governança sobre as premissas atuariais utilizadas na mensuração do passivo atuarial.
- Evento subsequente relevante: perda de uma planta industrial por desastre ambiental, cujos efeitos foram divulgados em nota explicativa.
- Determinação, pelo auditor, de que não comunicaria determinado assunto considerado relevante, por orientação legal recebida da assessoria jurídica da entidade.

Com base na NBC TA 701 – COMUNICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A alteração metodológica que envolveu julgamentos contábeis complexos pode ser comunicada como principal assunto de auditoria, desde que tenha sido previamente discutida com os responsáveis pela governança e exigido atenção significativa do auditor.
- II. O assunto que deu origem à opinião com ressalva deve ser descrito integralmente na seção de “Principais Assuntos de Auditoria”, com detalhamento técnico e menção expressa à modificação da opinião.
- III. O auditor pode deixar de comunicar um principal assunto de auditoria no relatório, em situações extremamente raras, quando as consequências negativas da divulgação superarem os benefícios ao interesse público.
- IV. A seção “Principais Assuntos de Auditoria” do relatório do auditor deve conter, necessariamente, uma conclusão específica do auditor sobre cada assunto comunicado, indicando se concorda ou não com o tratamento contábil adotado pela administração.

Com base na NBC TA 701, estão corretas as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

12

Ao elaborar a sua Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com a NBC TG 09 (R1) – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, a Cia X apresentou saldo negativo em “Outras Receitas”.

Uma possível causa para o saldo estar negativo, de acordo com a norma, pode ser o reconhecimento de

- (A) abatimentos sobre vendas.
- (B) prejuízo em empresa controlada.
- (C) distribuição do resultado do período.
- (D) despesa para constituição de provisão.
- (E) ajuste negativo no valor realizável líquido de estoque.

13

Um empresário deseja constituir uma nova companhia aberta, que será uma subsidiária integral. Para formar o capital social da nova entidade, considera integralizar os seguintes ativos:

- I. R\$ 30.000,00 em dinheiro.
- II. R\$ 50.000,00 em estoque de matéria prima.
- III. R\$ 80.000,00 em montantes que tem a receber de clientes no curto prazo.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e modificações, o capital social poderá ser formado com o(s) item(ns)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

O nível e a natureza dos contratos de honorários cobrados dos clientes de auditoria podem criar ameaça à independência do auditor, o qual deve identificar, avaliar e tratar essas ameaças.

A respeito do tema, no que se refere à definição dos honorários, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Quando o cliente de auditoria é entidade de interesse público, as partes interessadas têm expectativas mais altas em relação à independência da firma, de modo que a divulgação de informações relacionadas com honorários pode servir para melhor informar as opiniões e decisões dos responsáveis pela governança e de ampla gama de partes interessadas.
- () Após a firma de auditoria aceitar um trabalho de auditoria ou qualquer outro trabalho para cliente de auditoria, ela deve determinar se as ameaças à independência criadas pelos honorários propostos ao cliente estão em nível aceitável.
- () Os honorários de auditoria normalmente refletem uma combinação de assuntos. A prestação de serviços que não são de auditoria para cliente de auditoria pode ser considerada apropriada na determinação dos honorários de auditoria.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – V – V.

15

A empresa QQ S.A., do setor de telecomunicações, realizou um teste de recuperabilidade em seus ativos imobilizados, conforme exigido pela NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS. Esse teste foi conduzido devido à queda no desempenho operacional da empresa e a incertezas no setor sobre o avanço da tecnologia 5G, que pode tornar obsoletos alguns de seus equipamentos utilizados em infraestrutura de transmissão de dados, podendo impactar a utilidade econômica dos ativos.

Para calcular o valor recuperável, a administração utilizou o método do valor em uso, projetando fluxos de caixa futuros e aplicando uma taxa de desconto para determinar o valor presente desses fluxos. Além disso, a empresa considerou valores de mercado para determinar o valor justo dos ativos.

Com base na NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, assinale a afirmativa correta a respeito dos aspectos que o auditor deve considerar ao avaliar o teste de recuperabilidade realizado pela empresa.

- (A) A taxa de desconto aplicada ao cálculo do valor em uso deve refletir os riscos específicos do ativo, entretanto não necessita ser compatível com as taxas de mercado, garantindo uma mensuração objetiva do valor presente dos fluxos de caixa futuros.
- (B) O auditor deve validar se as projeções de fluxos de caixa refletem expectativas realistas e alinhadas com dados históricos, devendo ainda aplicar uma análise de sensibilidade estatística para avaliar o impacto de variações nas premissas subjacentes.
- (C) O valor recuperável deve sempre ser determinado para um ativo individual, independentemente de ele gerar ou não entradas de caixa independentes. A mensuração do valor recuperável não pode ser realizada com base na unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.
- (D) A administração não precisa avaliar a razoabilidade das premissas sobre as quais as atuais projeções de fluxos de caixa se baseiam, sendo desnecessário examinar as causas das diferenças entre as projeções passadas e os fluxos de caixa atuais observados. Além disso, não é necessário que as premissas das projeções atuais sejam consistentes com os resultados do passado, uma vez que eventos ou circunstâncias subsequentes sempre invalidam comparações históricas.
- (E) O valor recuperável é definido como o menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. Para calcular o valor recuperável sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Isto porque se qualquer um desses montantes for menor que o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização.

16

A NBC TA 265 trata da comunicação de deficiências de controle interno identificadas durante uma auditoria de demonstrações contábeis. O auditor deve avaliar e comunicar, por escrito e tempestivamente, as deficiências significativas e materiais à governança e à administração da entidade.

Com base na NBC TA 265, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Deficiência de controle interno existe quando o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.
- () Deficiência de controle interno existe quando falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.
- () Deficiência sistemática de controle interno é a deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que, de acordo com risco inerente avaliado pelo auditor, é de importância mediana para merecer a atenção dos responsáveis pela governança.

As afirmações são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

17

A empresa Delta S.A., uma companhia aberta do setor financeiro, está conduzindo um processo de oferta pública de títulos mobiliários. Para fornecer segurança adicional aos investidores e coordenadores da oferta, foi solicitada ao auditor independente a emissão de uma Carta-Conforto.

Durante a análise do pedido e a preparação da Carta, o auditor identificou algumas condições que devem ser observadas para garantir conformidade com a CTA 23 – EMISSÃO DE CARTA-CONFORTO EM PROCESSO DE OFERTA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

Com base na referida norma, assinale a afirmativa correta quanto aos limites e aos requisitos das Cartas-Conforto a serem observados pelo auditor.

- (A) O auditor pode incluir, nas Cartas-Conforto, comentários sobre informações públicas e disponíveis no mercado, como índices de inflação, taxas de conversão de moeda estrangeira e percentual de participação no mercado, desde que obtenha evidências apropriadas e suficientes para suportar tais afirmações.
- (B) As Cartas-Conforto devem ser endereçadas exclusivamente à administração do emissor e ao coordenador da oferta, ou a outros agentes envolvidos na distribuição dos títulos e valores mobiliários, desde que signatários do contrato de distribuição ou documento similar e da Carta de Contratação.
- (C) O auditor tem permissão para expressar conforto sobre informações que não se alinham diretamente à sua formação técnico-profissional, desde que tais informações tenham sido fornecidas pela administração da companhia emissora e estejam documentadas nos registros internos da entidade.
- (D) As Cartas-Conforto devem ser datadas obrigatoriamente com a mesma data do documento de oferta definitivo, não podendo ser emitidas posteriormente, mesmo que o documento tenha sido disponibilizado ao auditor em data diferente.
- (E) As Cartas-Conforto devem cobrir integralmente o período entre a data de corte e a data de sua emissão, de modo que todos os eventos subsequentes à aplicação dos procedimentos acordados sejam incluídos no relatório final.

18

O CTA 23 estabelece orientações para a atuação do auditor independente quando contratado para emitir Carta-Conforto em processos de oferta pública de valores mobiliários. Esse comunicado técnico define as responsabilidades do emissor, do coordenador da oferta e do auditor independente, bem como os limites dos procedimentos realizados pelo auditor nesse contexto.

Uma companhia aberta supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários está preparando uma oferta pública de debêntures. Para esse processo, o banco coordenador da oferta solicita ao auditor independente da companhia a emissão de Carta-Conforto relacionada às informações contábeis incluídas no prospecto da oferta. Durante a leitura do documento, o auditor identifica que determinadas informações financeiras extraídas do sistema contábil da companhia não coincidem com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis auditadas.

À luz do CTA 23 – PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DE CARTA-CONFORTO EM OFERTAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, avalie as seguintes afirmativas:

- I. A definição da natureza e da extensão dos procedimentos a serem executados para emissão da Carta-Conforto é responsabilidade do Coordenador da Oferta.
- II. A auditoria das demonstrações contábeis permite ao auditor assegurar a exatidão de cada valor individual apresentado nas demonstrações contábeis.
- III. Ao identificar inconsistências entre as informações contábeis incluídas no prospecto e aquelas constantes das demonstrações contábeis, o auditor deve comunicar prontamente o emissor e o coordenador da oferta.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

19

O CTO 07, publicado em 26 de abril de 2022, fornece orientações para a emissão de relatórios de asseguração limitada sobre informações não financeiras incluídas no Relato Integrado (RI).

Esse relatório é preparado por auditores independentes e visa proporcionar uma segurança moderada quanto à confiabilidade dessas informações, que incluem aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG).

O CTO 07 estabelece os procedimentos que os auditores devem seguir, como análise de processos, entrevistas e verificação de dados, para garantir que as informações apresentadas no RI sejam consistentes e adequadas. No entanto, por se tratar de uma asseguração limitada, o nível de segurança é menor do que o de uma auditoria completa. O relatório final deve refletir essa limitação e oferecer uma avaliação sobre a precisão e a integridade das informações não financeiras divulgadas.

Segundo a Orientação Técnica CPC 09 – Relato Integrado, “o Relato Integrado é um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazos”. A norma considera principalmente o setor privado e empresas de qualquer porte, mas pode ser aplicada e adaptada, conforme necessário, para organizações do setor público e sem fins lucrativos.

Nesse contexto, o Relato Integrado (RI) tem o objetivo de

- (A) obter segurança razoável ou segurança limitada, conforme apropriado, sobre se a informação do objeto está livre de distorções relevantes.
- (B) melhorar a qualidade da informação disponível a provedores de capital financeiro, permitindo uma alocação de capital mais eficiente e produtiva.
- (C) orientar os auditores independentes quanto à norma a ser aplicada e os procedimentos a serem executados para a emissão de relatório de asseguração limitada.
- (D) avaliar o grau de maturidade e organização dos controles internos da entidade, além da avaliação de riscos por parte da administração superior da entidade auditada.
- (E) expressar a conclusão acerca do resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto, por meio de relatório escrito que transmita uma asseguração razoável.

20

De acordo com a NBC TA 260 (R2) – COMUNICAÇÃO COM OS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA, o auditor deve comunicar aos responsáveis pela governança a forma, a época e o conteúdo geral previsto das comunicações.

O auditor deve comunicar, por escrito, aos responsáveis pela governança, as constatações significativas decorrentes da auditoria sempre que

- (A) o assunto abordado for considerado sigiloso.
- (B) a opinião do auditor contiver ressalva ou ênfase.
- (C) o conselho de administração da entidade for inexistente.
- (D) a comunicação verbal não for adequada no julgamento profissional do auditor.
- (E) o auditor considerar necessária a inclusão de todos os assuntos que surgirem no curso da auditoria.

21

Em 01/01/2024, uma companhia aberta do setor varejista adquiriu um galpão logístico por R\$ 300.000,00. A administração estimava utilizá-lo durante 50 anos.

Em 01/01/2025, houve uma mudança na estratégia e a estimativa de uso passou para a ser por mais 20 anos, apenas, a partir dessa data.

Em 31/12/2025, após contabilizar a depreciação do ativo imobilizado, a companhia realizou o teste de recuperabilidade de acordo com a NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS. Desse modo, estimou que o valor de venda do ativo era de R\$ 285.000,00 e que o valor em uso era de R\$ 278.000,00. Ainda, estimou que, para vender o galpão, incorreria em R\$ 10.000,00 a título de despesas de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do galpão em 31/12/2025, após a realização do teste de recuperabilidade do ativo.

- (A) R\$ 275.000,00.
- (B) R\$ 278.000,00.
- (C) R\$ 279.300,00.
- (D) R\$ 285.000,00.
- (E) R\$ 288.000,00.

22

Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma companhia aberta do setor financeiro, o auditor identificou que determinados instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo com base em informações de Nível 3, conforme a hierarquia de valor justo.

Para essa mensuração, a administração utiliza um modelo próprio de precificação que incorpora dados não observáveis de mercado e premissas internas sobre risco e comportamento de participantes do mercado. Avaliando o elevado grau de subjetividade do modelo, o auditor buscou compreender os controles implementados pela administração sobre esse processo de mensuração, em linha com os procedimentos previstos na NBC TA 540 (R2).

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TA 540 (R2) - AUDITORIA DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, INCLUSIVE DO VALOR JUSTO, E DIVULGAÇÕES RELACIONADAS, um controle que pode ser relevante para a auditoria é que a administração

- (A) utilize preços cotados em mercados ativos como referência para validar o resultado do modelo aplicado à mensuração.
- (B) realize validações periódicas do modelo, avaliando sua solidez teórica, integridade matemática e a adequação dos dados e premissas utilizados.
- (C) evite realizar ajustes ao resultado produzido pelo modelo, pois tais ajustes tendem a comprometer a confiabilidade da estimativa contábil.
- (D) substitua dados não observáveis por estimativas mais conservadoras quando houver limitação de informações de mercado.
- (E) utilize dados históricos internos da entidade como base principal para a definição das premissas do modelo, desconsiderando as premissas que participantes do mercado utilizariam na precificação do ativo ou do passivo.

23

Ao realizar trabalho de asseguarção limitada referente a informação não financeira no relato integrado, o auditor independente, em seu julgamento profissional, considerou que a informação do objeto estava distorcida de forma relevante. No entanto, os efeitos não eram considerados generalizados.

Nesse caso, de acordo com a CTO 07 – TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA REFERENTE ÀS INFORMAÇÕES NÃO FINANCEIRAS CONTIDAS NO RELATO INTEGRADO, o auditor expressou uma conclusão

- (A) adversa.
- (B) com ênfase.
- (C) com ressalva.
- (D) sem ressalva.
- (E) com negativa de opinião.

24

De acordo com a NBC TA 570 – CONTINUIDADE OPERACIONAL, a responsabilidade fundamental do auditor independente no uso da base contábil de continuidade operacional pela administração é

- (A) determinar se a entidade terá lucro no próximo exercício.
- (B) prever com precisão os eventos futuros que podem afetar a continuidade da entidade.
- (C) obter evidência apropriada e suficiente para concluir se o uso da base de continuidade operacional é adequado.
- (D) elaborar a avaliação de continuidade operacional quando a administração não a realizar.
- (E) garantir que não haja incerteza relevante quanto à continuidade da entidade.

25

Durante a auditoria das demonstrações financeiras de uma companhia aberta regulada pela Comissão de Valores Mobiliários, o auditor examina a estimativa de provisão para perdas de crédito esperadas.

A administração utilizou um modelo que considera taxa histórica de inadimplência de 4% sobre uma carteira de clientes no valor de R\$ 2.000.000,00, resultando em uma estimativa de provisão de R\$ 80.000,00. Ao revisar os cálculos e o método adotado, o auditor passa a avaliar a adequação do modelo, conforme previsto na NBC TA 540 (R2) – AUDITORIA DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, INCLUSIVE DO VALOR JUSTO E DIVULGAÇÕES RELACIONADAS.

Considerando o disposto nessa norma, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Ao auditar estimativas contábeis, o auditor deve avaliar se o método selecionado pela administração é apropriado no contexto da estrutura de relatório financeiro aplicável e se mudanças em relação a métodos utilizados em períodos anteriores são justificadas.
- II. Ao revisar a estimativa de R\$ 80.000,00 obtida pela aplicação da taxa de 4% sobre a carteira de R\$ 2.000.000,00, o auditor deve verificar se os cálculos foram aplicados de acordo com o método definido e se são matematicamente exatos.
- III. Caso o cálculo matemático da estimativa esteja correto, o auditor pode concluir automaticamente que a estimativa contábil é adequada, sem necessidade de avaliar as premissas utilizadas pela administração.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

PROVA DISCURSIVA - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Questão 1

Durante a auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2024 da companhia aberta Solarium Energia Renovável S.A., o auditor independente identificou inconsistências nas transferências entre contas bancárias controladas diretamente pela diretoria executiva. As movimentações envolviam valores elevados em períodos próximos ao encerramento do exercício e não estavam suportadas por documentação formal. Adicionalmente, o responsável pela contabilidade mantinha plenos acessos ao sistema financeiro, com poderes para autorizar pagamentos e alterar registros contábeis. Em entrevistas com funcionários, a equipe de auditoria recebeu relatos de pressões internas para reclassificar despesas operacionais como investimentos.

Ao buscar esclarecimentos, a administração demonstrou resistência, adiando o envio de documentos requisitados e tentando justificar os lançamentos por meio de explicações genéricas e não documentadas. O auditor passou a suspeitar de apropriação indevida de ativos e possível conluio entre membros da alta administração para manipular as demonstrações financeiras.

Com base na NBC TA 240 (R1) – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO A FRAUDE, NO CONTEXTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, responda ao que se pede a seguir.

- A) Apresente quatro providências que o auditor deve adotar diante de suspeitas de fraude envolvendo a administração, quando há resistência no fornecimento de informações relevantes para a auditoria.**
- B) Explique como o conluio entre membros da alta administração impacta a eficácia dos controles internos e apresente as medidas o auditor deve considerar ao reavaliar os riscos e a obtenção de evidência apropriada e suficiente.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Questão 2

Uma sociedade por ações de capital fechado passa por auditoria independente de suas demonstrações contábeis. Durante os trabalhos, o auditor identifica duas situações sensíveis:

1. Um empréstimo de valor relevante concedido pela entidade à empresa de um parente próximo de um dos administradores, com taxa de juros significativamente inferior à praticada no mercado e sem contrato formalizado.
2. A venda de um imóvel operacional da entidade para o acionista controlador, por valor aparentemente inferior ao de mercado, classificada como receita operacional e sem qualquer destaque em nota explicativa quanto ao relacionamento entre as partes.

Com base na NBC TA 550 – PARTES RELACIONADAS, descreva como o auditor deve avaliar a contabilização e a divulgação dessas transações nas demonstrações contábeis, bem como quais comunicações e representações formais devem ser obtidas da administração e dos responsáveis pela governança.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

